

*EE Prof<sup>a</sup> Maria Ivone Martins Rosa*



*Projeto Político  
Pedagógico  
2018*





## Índice

Índice .....	1
APRESENTAÇÃO.....	3
Capítulo 1 .....	7
IDENTIFICAÇÃO .....	7
1.1 - Identificação do Estabelecimento .....	7
Equipe Gestora.....	7
CURSOS QUE MANTÉM:.....	8
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA.....	8
QUADRO DE OCUPAÇÃO .....	9
1.2 - Aspectos Históricos .....	9
HISTÓRICO.....	9
1.3 Ambiente cultural e lazer:.....	11
1.4 HISTÓRICO CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE.....	12
1.5 Perfil sócio-econômico.....	13
1.6 Perfil Cultural.....	13
1.7 PATRONO .....	14
DIRETORES DA EE PROF <sup>a</sup> MARIA IVONE MARTINS ROSA: .....	14
Capítulo 2 .....	15
2.1 VISÃO.....	15
2.2 Nossa Visão de Futuro.....	15
MISSÃO.....	16
2.3 MISSÃO: Nossa Missão.....	16
Capítulo 3 .....	17
3.1 Os Princípios da Educação.....	17
3.2 Atendendo as Diversidades e Necessidades Especiais.....	17
3.3 Proposta Pedagógica.....	18
3.4 Concepção de Educação.....	20
O que é educação? O que é o processo ensino-aprendizagem? Como se aprende? .....	20
Por que se aprende? .....	22



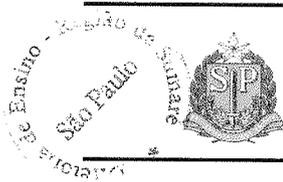
Para que se aprende?.....	25
3.5    Tipo de sociedade que se quer construir e do papel da escola na formação do cidadão.....	26
3.6    CURRÍCULO .....	28
Os princípios centrais do currículo são:.....	30
As competências e habilidades são desenvolvidas sob a tríade: .....	30
3.7    GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS ORGANISMOS COLEGIADOS.....	33
3.8    FILOSOFIA DA ESCOLA: .....	33
3.9    VALORES: .....	35
3.10   Identificação das principais dificuldades enfrentadas, as causas prováveis e as principais ações que a escola pretende executar com base na análise efetuada. ....	36
3.11   - IDEAL DE ESCOLA.....	38
PLANO DE METAS DA ESCOLA.....	40
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	40
METAS (RESULTADOS):.....	40
PLANOS DE AÇÃO: .....	41
3.12   AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	42
3.13   AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO .....	45
3.14   SISTEMA DE RECUPERAÇÃO .....	46
3.15   NORMAS DE CONVIVÊNCIA .....	48
3.16   ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E COLEGIADOS.....	48
3.17   FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA.....	50
3.18   VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS .....	50
3.19   PROJETOS INSTITUCIONAIS .....	51
3.20   ENSINO RELIGIOSO .....	51
3.21   ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	51
3.22   ESTÁGIO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.....	51
3.23   AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E ADEQUAÇÕES DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	52
3.24   AVALIAÇÃO .....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
BIBLIOGRAFIA .....	57



## APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola EE.PROFESSORA MARIA IVONE MARTINS ROSA , além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas. A importância do PPP da Escola MARIA IVONE leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade. A Escola MARIA IVONE, desde 2011, quando se iniciou uma nova gestão e ano da construção do PLANO DE GESTÃO QUADRIENAL, a qual abarcava as concepções pedagógicas e a forma de materialização de suas ações, vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação com qualidade social. Além disso, revisitou, em cada período de sua história, esse Documento e buscou aproximação com as exigências legais e com a sua comunidade escolar.

A EE Profª Maria Ivone Martins Rosa enfrenta o desafio de elaborar a nova Proposta Pedagógica. Em princípio, ao darmos início a esta construção, fomos buscar especialmente na legislação os referenciais existentes que tratam do assunto. Para que a Proposta Pedagógica seja, de fato, um exercício de autonomia, é necessário se iniciar por um estudo e reflexão sobre a flexibilidade contida na Lei 9394/96, que define tão somente as diretrizes (gerais) e as bases (fundamentos) da educação nacional. [...] é nesse exercício de autonomia que as escolas podem proporcionar às suas crianças e jovens, um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o acesso, progressão e conclusão de uma escolaridade básica e obrigatória, com qualidade (INDICAÇÃO CEE 77/2008).



Atendendo a essa primeira ideia, passamos a refletir sobre o que é uma Proposta Pedagógica, procurando também saber para que ela serve, quem deve participar de sua construção e a quem ela deve atender. Então, construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola (VEIGA, 1996, p. 15). Veiga (2000) diz: A participação é um elemento político da ação e até garantia de execução e continuidade das ações. Vale reiterar que o projeto político pedagógico não existe sem um forte protagonismo dos professores, pesquisadores e alunos, e sem que estes dele se apropriem. É a universidade construindo sua identidade institucional. Para tanto, deveremos usar os princípios da flexibilidade e da autonomia de modo a desenvolver identidades mais distantes da padronização burocratizada, capazes de instituir e implementar projetos político-pedagógicos próprios (p. 186).

Dessa forma, a EE Prof<sup>a</sup> Maria Ivone Martins Rosa passa a desenvolver a sua Proposta Pedagógica com o objetivo central de atender aos anseios e necessidades dos educandos tendo por base o acesso universal ao ensino, a sua permanência na escola e a conseqüente terminalidade escolar, com um ensino de qualidade, especialmente para que o educando tenha uma melhor oportunidade de se tornar um cidadão.

Vivemos um tempo de mudanças profundas na sociedade. A globalização tem nos imposto uma nova ordem econômica e social. A sociedade que vivemos esta bastante comprometida do ponto de vista dos valores.

Instituições como a família vêm se desarticulando e provocando mudanças profundas nas relações entre pais e filhos que se refletem na escola. O mundo globalizado, o capitalismo exagerado e até mesmo políticas de equalização social tem produzido um efeito contrario na formação ética das pessoas. Muitos desafios são colocados para a escola.



Diante deste quadro, é preciso constantemente estar repensando a prática escolar. A construção e reconstrução do projeto político pedagógico tem se tornado uma necessidade, no intuito de dar sentido a uma prática pedagógica mais eficaz e eficiente.

Nos últimos anos tem se percebido o caos da educação brasileira. Políticas tem sido traçadas a todo o momento para reverter este quadro. A sociedade como um todo tem sido chamada a se envolver nesse processo de revalorização e resignificação da educação.

De acordo com Veiga (Org) (1995 - pag. 22), a construção do PPP parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Então, traz consigo essa prática de participação, pois envolve a todos na sua discussão. Tornar claro no documento a concepção de mundo, de sociedade, de currículo, de homem que se quer formar e fundamental, pois são esses valores que norteiam nossa prática pedagógica. E ele que define o rumo pedagógico da escola. E, portanto no PPP que se traduz a organização do trabalho na escola.

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, toda escola precisa ter um projeto político pedagógico. O último que consta em nossa Escola data de 1999. Nas gestões seguintes este documento não foi elaborado. Nesses últimos anos (1999-2010) a Escola vem utilizando como referência o Plano de Gestão e o Regimento Escolar.

No entanto, estamos com o firme propósito de reestruturar o nosso PPP. Esse documento deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali estuda.

O Projeto Político Pedagógico da Escola é concebido como um instrumento teórico – metodológico elaborado coletivamente, que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola de uma forma sistematizada, consciente, científica e



participativa, com a finalidade de apontar a direção e o caminho que a escola vai percorrer para realizar, da melhor maneira possível, sua função educativa.

Este representa o compromisso da comunidade educativa: Equipe Gestora, professores, pais, alunos, funcionários e demais membros da comunidade, visando assegurar, acima de tudo, o sucesso dos alunos e melhorar a qualidade dos serviços que presta a comunidade.

O Projeto pretende focar o pensamento da coletividade da Escola, portanto, deve ser concreto, executável e democrático, passivo de mudanças que vise o bem-estar de todos. Quando todos compreendem de forma clara qual é o foco de trabalho da instituição viram verdadeiros parceiros da gestão.

Enfim, o Projeto Pedagógico como um todo deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, em constante reformulação. Isso possibilita a escola inovar sua prática pedagógica e encontrar novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas.

Construir a identidade da Escola, colocá-la no papel e na prática não é tarefa fácil. O processo de elaboração e implantação do projeto pedagógico é complexo, contudo se amplamente participado a sua própria construção gera mudanças no modo de agir.



## Capítulo 1

### IDENTIFICAÇÃO

#### 1.1 - Identificação do Estabelecimento

**Escola:** EE PROF<sup>a</sup> MARIA IVONE MARTINS ROSA

**Município:** SUMARÉ

**Endereço:** RUA LUCIANO RAMOS AYALA – 589 – JARDIM DENADAI

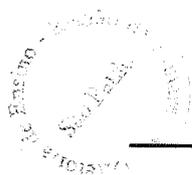
Tel. 19.3864.1543 E 38543699 - e-mail e905636a@educacao.sp.gov.br

Eventos	Ato legal
EEPSG JARDIM DENADAI	Ato de Criação Nº 24.538/85, publicado em 27/12/1985
EEPSG JARDIM DENADAI	Funcionamento Res. SE 173/86, publicado 04/01/1986
EEPSG PROF <sup>a</sup> MARIA IVONE MARTINS ROSA	Ato legal Lei 8.708, publicação em 24/04/1992
EE PROF <sup>a</sup> MARIA IVONE MARTINS ROSA	Res. SE 100/98, publicado em 02/09/1998

#### Equipe Gestora

Diretor	ANTENOR ROCHA
Vice-Diretor	EUGENIA BANHO RIBEIRO TENÓRIO
Vice-Diretor do PEF	GILBERTO DE JESUS
Professor Coordenador - E F e E.M.	SANDRA GOMES DA SILVA OLIMPIO

**GERENTE ESCOLAR:** JOHNNY ALLAN DE SOUZA



**AGENTES DE ORGANIZAÇÃO: 02**

**PROFESSORES: 59**

**AGENTES DE SERVIÇO TERCEIRIZADOS: 02**

**COZINHEIRAS: 01-PREFEITURA e 02 TERCEIRIZADAS**

**CÓDIGO CIE: 905.636**

**CÓDIGO DA U.A.: 70.785**

**A.P.M. – CNPJ.: 57.512.071/0001-90**

**FUNDADA EM 10/04/87 – DOE: 10/12/87**

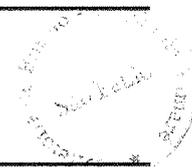
**REGISTRO EM CARTÓRIO Nº 359 – LIVRO A1 – FLS 307 DE 30/12/87.**

### **CURSOS QUE MANTÉM:**

<b>CURSOS</b>	<b>DIURNO</b>	<b>NOTURNO</b>
ENS. FUNDAMENTAL – CICLO II	12	-
ENSINO MÉDIO REGULAR	13	03
TOTAL DE CLASSES NA U.E	25	03
TOTAL GERAL DE CLASSES	28 CLASSES	

### **HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA**

<b>Período da Manhã</b>	07:00 às 12:20 h.	1 <sup>a</sup> , 2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries EM.
<b>Período da Tarde</b>	13:00 às 18:20 h.	6 <sup>a</sup> , 7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> e 9 <sup>o</sup> anos EF.
<b>Período Noturno</b>	19:00 às 23:00 h.	2 <sup>a</sup> , 3 <sup>a</sup> séries E.M regular



## QUADRO DE OCUPAÇÃO

### TURNO: 1 – PERÍODO DA MANHÃ

SALA	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	TOTAL
Classe	1A	1B	1C	1D	1E	2A	2B	2C	2D	3A	3B	3C				
Nº de Alunos	32	34	31	34	30	30	29	29	31	41	39	40				400

### TURNO: 3 – PERÍODO DA TARDE

Classe	6A	6B	6C	6D	7A	7B	7C	8A	8B	9A	9B	9C	9D		TOTAL
Nº de Alunos	33	34	35	34	31	31	28	32	32	32	32	33	32		418

### TURNO: 5 – PERÍODO NOTURNO

Classe	2E	3D	3E												TOTAL
Nº de Alunos	42	44	43												129

ENSINO FUNDAMENTAL	418
ENSINO MÉDIO REGULAR	529
TOTAL	947

## 1.2 - Aspectos Históricos

### HISTÓRICO

A Escola Estadual Professora Maria Ivone Martins Rosa, integrante da rede estadual de ensino, localizada a Rua Luciano Ramos Ayala, nº589 no Bairro Jardim Denadai, município de Sumaré, estado de São Paulo.

O prédio foi construído pela Empresa de Desenvolvimento de Sumaré, obra executada através do Projeto CURA BNH/Banespa.



A EE Profª Maria Ivone Martins Rosa surgiu da necessidade de atender uma demanda populacional suburbana em expansão no município de Sumaré, localizada na região denominada como Área Cura. Até a década de 1980, havia nesta área as Escolas do Jardim Bom Retiro e Parque das Nações que recebiam anualmente número cada vez maior de alunos. A necessidade de mais uma escola era primordial para que pudesse atender essa demanda, então a comunidade passou a cobrar insistentemente a criação de uma nova escola.

Então o prefeito José Denadai conseguiu em conjunto com o Governo Estadual a criação dessa escola, então em 1985 foi criada a EEPSPG do Jardim Denadai por ato do Secretário de Educação, publicado em 27 de dezembro de 1985. A nova Escola começou a funcionar em 1986, conforme Res. SE 173/86, publicado em 04/01/1985, teve início das atividades escolares em 17 de fevereiro de 1986. No primeiro ano de funcionamento a escola tinha 10 classes que atendia: alunos de 1ª a 4ª série, de 5ª a 8ª série e o 2º Grau. o primeiro Diretor Designado foi o Professor José Antonio Rodrigues até agosto de 1986, passado depois por vários diretores até a posse da Profª Maria do Carmo Andrade Alves Thimotheo que ficou por 12 anos. Através da Lei Estadual nº. 8.708, publicada em 24 de abril de 1992, a Escola passou a denominar-se “EEPSG. Profª Maria Ivone Martins Rosa”, em homenagem a Professora Maria Ivone que foi diretora designada no ano de 1987/1988, que faleceu logo depois.

Conforme relatos de pessoas que viveram esta história, foi muito difícil o início de funcionamento da escola, pois a infraestrutura era precária, faltava desde mobiliário até acomodação para o Diretor, mas com muito esforço por parte da equipe escolar e da comunidade a escola começou a ter algumas melhorias, em 1989 foram construídas mais cinco salas de aula para atender alunos que não paravam de chegar devido ao crescimento da região.

Conta atualmente com 28 turmas, sendo 4 turmas de 6ºano, 3 de 7ºano, 2 turmas de 8ºano, 4 de 9ºano do Ensino Fundamental, 05 de 1ªsérie do Ensino Médio,



05 de 2ª série do Ensino Médio, e 05 de 3ª série do Ensino Médio. A escola possui 15 salas, em estado regular de conservação, precisando colocar piso de cerâmica.

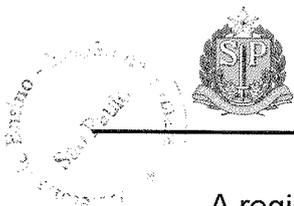
O ambiente administrativo e pedagógico, consta de:

- Sala da direção;
- Sala dos professores;
- Banheiros para pessoal docente e administrativo, masculino e feminino;
- Secretaria;
- Sala de coordenação pedagógica;
- Cantina
- Banheiros masculino e feminino.
- Laboratório de informática com 08 computadores todos com acesso à Internet;
- Sala de Leitura (organizada pela escola);
- Cozinha;
- Zeladoria.

### **1.3 Ambiente cultural e lazer:**

A escola possui uma vizinhança praticamente residencial, servida de comércio nas proximidades; como padaria, açougue, supermercados, bares, lanchonetes e linhas de ônibus, provenientes de quase todos os bairros da região, fato que contribuiu para conseguirmos uma clientela de variadas localidades.

A Rua Luciano Ramos Ayala, que situa em frente à escola, é muito movimentada, oferecendo perigo constante aos alunos que aqui estudam, principalmente nos horários de entrada e saída de alunos, devido ao grande número de pessoas coincidindo com a circulação de veículos, pois conta com o Posto de Saúde e Posto Policial.



A região onde está à escola é urbanizada, e contamos com o sistema de água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, telefone público e rede telefônica.

#### **1.4 HISTÓRICO CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE**

A escola não é apenas uma fonte de informações, antes, um caminho em que a informação caminha lado a lado com a formação do ser intelectual e emocional, da criatividade, da afetividade e da vivência por um mundo melhor. Considerada uma escola que atende bem a comunidade pela sua localização privilegiada que possibilita fácil acesso de diferentes bairros.

A unidade escolar atende uma comunidade muito diversificada e marcada pela heterogeneidade quanto à formação escolar dos pais e responsável, a renda familiar, ao acesso a bens e serviços, a atividades funcionais e jornada intensa de trabalho. Em virtude dessa realidade, temos alunos cujos pais reconhecem a importância da escola e participam de forma ativa no acompanhamento da frequência, rendimento, aproveitamento e educação dos filhos, mas temos também aqueles que, apesar de reconhecerem sua importância, não participam de forma ativa no acompanhamento dos filhos pelos motivos mais diversos dentre os quais elencamos alguns que consideramos mais importantes:

- desagregação do núcleo familiar e indefinição de efetivo responsável pelo aluno;
- dos responsáveis que possuem intensa jornada de trabalho,
- impossibilidade de acompanhar atividades realizadas em sala de aula por falta de formação acadêmica escolar e analfabetismo. Assim, parte de nossos alunos apresenta ausência de limites; falta de sentido familiar (desagregação familiar). A ausência da participação e do acompanhamento de alguns pais agrava essa situação, pois os alunos são indisciplinados.



O desafio da equipe gestora é modificar esse quadro. O ponto de encontro dos jovens ainda continua sendo a escola e os bares ou praças dos bairros vizinhos, onde estão sujeitos a todo tipo de convivência. Levando-se em conta a fragilidade familiar em que a sociedade de forma geral se encontra podemos entender que os nossos jovens ficam a mercê das drogas, do alcoolismo, da gravidez na adolescência, etc. A violência ainda é algo presente em nosso meio.

A repetência e o abandono ainda são desafios a serem vencidos. A cada ano se traça metas para atingir estas populações que começam o ano e não terminam. A falta de conhecimentos prévios acumulados no decorrer do tempo e mais a falta de perspectiva dos nossos jovens tem provocado a continuidade principalmente do abandono. Assim sendo, a escola irá organizar seus tempos e espaços escolares incorporando manifestações culturais, palestras educacionais, criando momentos de integração escola – comunidade, eventos culturais e também buscando parceiras com instituições e organizações compromissadas com as questões educativas.

### **1.5 Perfil sócio-econômico**

A Escola Maria Ivone recebe alunos provenientes de diversos bairros. Esses alunos pertencem a classes sócio-econômicas diversificadas e trazem para a escola uma variada educação moral, religiosa e cultural.

Clientela Atendida: atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de nove (9) anos, alunos de 1ª a 3ª séries do Ensino Médio.

### **1.6 Perfil Cultural**

A maioria dos alunos tem acesso apenas à televisão e rádio como meio de informação e nos últimos anos os alunos têm procurado lan house que também vem deixando de ser alvo pela comunidade visto que os meios de internet se tornaram mais acessíveis para obter informação e entretenimento. A leitura se restringe ao ambiente escolar. Não costumam freqüentar teatros, cinemas ou outras apresentações artísticas.



## 1.7 PATRONO

Maria Ivone Martins Rosa nasceu em Agudos, trabalhou na EE Maria Ivone em 1987 e 1988 como Diretora, falecendo tempo depois, é o que se sabe até o momento da mesma, não foram encontrados documentos com mais informações sobre ela.

### **DIRETORES DA EE PROF<sup>a</sup> MARIA IVONE MARTINS ROSA:**

José Antônio Rodrigues - Diretor Designado - 1986

João Paulo - Diretor Efetivo - 1986

Maria Ivone Martins Rosa - Diretora Designada - 1987

Sebastião da Silva - Diretor Designado - 1987 a 1988

Maria do Carmo Andrade Alves Thimotheo - Diretora Efetiva – 1988 a 2000

Antônio Aparecido dos Santos - Diretor Designado – 2000 a 2002

Maria Tereza Freire – Diretora Efetiva – 2002 a 2005

Carla de Salles Peres – Diretora Designada - 2002

Marli Alvarenga Pontes Justino – Diretora Designada - 2003

Osnilda Aparecida Martinati Araujo – Diretora Designada – 2004 a 2008

Ederli de Fátima Raitano – Diretora Efetiva – 2005 a 2008

Edna de Oliveira Nepomuceno – Diretora Efetiva Designada – março a maio 2006

Elizabeth de Oliveira Marçal – Diretora Efetiva – 2008 a 2011

Edmar Antônio Alves – Diretor Designado - 2010



Arildo Antônio da Silva Junior – Diretor Designado - 2011 a 2018.

Simone Hussni – Diretora Efetiva – março a julho/2018.

Antenor Rocha – Diretor Designado – julho/2018 até o momento/2018.

## Capítulo 2

### 2.1 VISÃO

Ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos nossos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam.

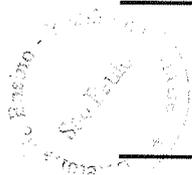
#### Visão Estratégica Nossos Valores

Nossa escola a partir principalmente do próprio histórico realizado nesses 31 anos de existência elege como seus valores:

- 1- **A PROCEDÊNCIA:** Honrarmos nossa origem e história para preservarmos o nome da escola como referência em ensino de qualidade junto à comunidade.
- 2- **A QUALIDADE:** Oferecermos aos nossos alunos um ensino de qualidade que os capacite a desempenharem bem seu papel na sociedade.
- 3- **A PARTICIPAÇÃO:** Proporcionarmos entre nossos profissionais o trabalho em equipe, onde cada pessoa dentro da escola contribui e partilha suas tarefas de conhecimentos, para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem.
- 4- **A CRIATIVIDADE:** Valorizarmos e incentivarmos a criatividade e a inovação na realização das atividades dos profissionais e dos alunos.

### 2.2 Nossa Visão de Futuro

Seremos uma escola de referência e qualidade de ensino em nossa cidade, primando pela qualidade e criatividade no ensino que ministramos, pelo trabalho participativo, eficaz, inovador e responsável desenvolvido pela nossa equipe,



respeitando nossos alunos, pais e comunidade escolar, contribuindo para uma sociedade onde se efetive o princípio da igualdade.

Exemplo 1 - Ser reconhecida como uma escola de excelência pela sociedade, por proporcionar um ensino de qualidade.

Exemplo 2 - Ser uma escola de referência regional pela qualidade de educação e pelas ações transformadoras da realidade social

## **MISSÃO**

### **2.3 MISSÃO: Nossa Missão**

- Ser referência entre as escolas públicas, consolidando a nossa Escola como um espaço do saber, motivando os educandos a encontrar a realização de seus objetivos pessoais e coletivos.
- Estabelecemos como nossa missão preservar o nome da escola como referência em proporcionar um ensino de qualidade em nossa cidade, assegurando aos nossos alunos uma educação crítica, participativa e de excelência.
- Promover uma educação de qualidade para a formação plena do cidadão e sua inclusão proativa no mundo do conhecimento e do trabalho, visando à construção de uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.
- Desenvolver equilibradamente processos educacionais de informação e formação para estimular o exercício da liderança e habilitar o educando a atuar na sociedade com senso crítico, iniciativa, criatividade, independência e responsabilidade social.



## Capítulo 3

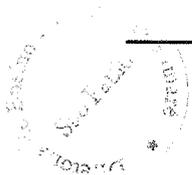
### 3.1 Os Princípios da Educação

O ensino desta Unidade Escolar será ministrado com base nos seguintes princípios:

- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de idéias e de concepção pedagógicas;
- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar;
- Gestão democrática do ensino público, na forma de Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Valorização da experiência extra-escolar;
- Vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

### 3.2 Atendendo as Diversidades e Necessidades Especiais

Na busca pelo alcance da inserção desta instituição de Ensino nos apontamentos legais pela LDB 9394/96, no que se refere a uma educação na perspectiva da inclusão e da diversidade, a filosofia aqui adotada é aquela que contempla a escola como um espaço para todos com a presença marcante da heterogeneidade que revela princípios, atitudes, culturas e formação diferenciadas,



criando as relações interpessoais que tanto enriquecem e contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem e aquisição de cultura entre professores e alunos.

Quanto à inclusão, a proposta maior é buscar adaptar as estruturas de natureza física, humana e pedagógica oferecidas pela escola aos anseios dos alunos que apresentam algum tipo de necessidade especial, propiciando assim uma relação tranquila e harmoniosa no desenrolar de todo o processo educativo.

Quanto à questão da diversidade o objetivo é promover situações variadas em que o convívio na sala de aula e nos espaços distintos da Escola possa despertar nos alunos, professores, funcionários e comunidade em geral o respeito pelas diferenças.

A escola desenvolverá o Programa de Combate à Homofobia envolvendo todas as disciplinas no sentido de implantar a cultura do respeito à dignidade humana e à diversidade social.

O corpo docente e administrativo será constantemente estimulado a estar em processo contínuo de formação para que possam aprender a lidar com essas questões que se fazem presentes no cotidiano da vida escolar, enriquecendo e criando espaços para discussões que visem alcançar o melhor a cada ano letivo.

### **3.3 Proposta Pedagógica**

Segundo as orientações advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino Fundamental e Ensino Médio que tem como marco a presença da teoria histórico-cultural, a Direção através da coordenação pedagógica, busca hoje num processo de discussão constante com seus professores estabelecer parâmetros para uma prática pedagógica, alcançando assim ao longo do tempo a sua identidade no campo das relações entre ensino e aprendizagem.

Considerando a importância do contexto vivenciado pelos alunos, os professores são orientados a ousarem na sua prática educativa dando ênfase à

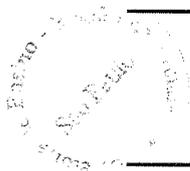


contextualização e a interdisciplinaridade e o respeito à individualidade, procurando atender as diversidades de forma a colaborar para que este sujeito se torne crítico e transformador da sociedade em que está inserido. Aqui se valoriza o trabalho do professor em sala de aula na perspectiva do desenvolvimento no aluno, de habilidades e competências necessárias para a aquisição de uma aprendizagem significativa e para a humanização dos indivíduos, proporcionando um ambiente adequado aos alunos, inclusive os portadores de necessidades especiais.

Vale ressaltar que nesse processo de transformação e de busca de identidade, a diversidade de professores gera naturalmente uma diversidade de concepções, sendo assim, percebe-se uma transição entre a concepção tradicional e aquelas em que o professor não é considerado o dono do saber, mas que trabalha numa perspectiva de troca de experiências e de aquisição de aprendizagens. Sem dúvidas esse processo de transformação, de busca do novo, muitas vezes se torna árduo em função da resistência de alguns, porém o trabalho realizado junto aos mesmos é para que alcancemos um ponto comum, que atenda à concepção adotada pela maioria dos nossos professores seguindo assim as orientações advindas das diretrizes curriculares, que defende a idéia de um currículo que seja vivenciado na escola de acordo com a realidade e as necessidades dos alunos.

Partindo da concepção acima mencionada em que o sujeito adquire novos conhecimentos na troca de experiências com o outro, os professores têm utilizado metodologias, em sala, que permitam efetivar essa proposta do desenvolvimento nos alunos da aprendizagem significativa dos conteúdos. Para que isso ocorra a direção e coordenação atendera as necessidades dos professores e procurara adquirir os materiais didático/pedagógicos necessários para que os mesmos consigam por em prática suas ações conforme foram estruturadas em seus planejamentos.

As principais estratégias que serão utilizadas pelos professores para o alcance do desenvolvimento das abordagens de ensino, que tem como referencial a contextualização e a interdisciplinaridade são; aula expositiva dialogada, seminários, estudo do meio, desenvolvimento de projetos, jogos, debates, simulação, trabalho em



grupo, aulas experimentais e pesquisas em internet, livros, revistas e jornais dentre outras.

Como a sala de aula e a própria aula não são uniformes devido ao fato de que cada sala constitui um cenário educacional diferente, o professor utilizará de formas diferenciadas de trabalho para alcançar os objetivos propostos no seu planejamento.

O importante aqui é que não se perca de vista a relação íntima que existe entre as categorias objetivo/conteúdo/método/avaliação no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagens dos conteúdos de todas as áreas do conhecimento. Como nossa proposta pedagógica considera alguns valores imprescindíveis, como o direito à educação e à consciência de que todos os alunos são capazes de aprender, estabelecemos como metas a atingir nos próximos dois anos:

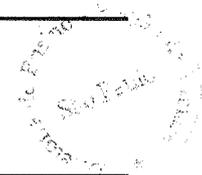
- A redução das taxas de evasão e repetência;
- A implementação de uma proposta curricular com novos recortes de abordagens de conteúdos e práticas docentes que assumam as aprendizagens específicas de cada área e as aprendizagens ligadas à leitura e à escrita, como compromisso de todos;
- A ampliação dos espaços de discussão coletiva.

### **3.4 Concepção de Educação**

#### **O que é educação? O que é o processo ensino-aprendizagem? Como se aprende?**

Educação engloba ensinar e aprender. É também algo menos tangível, mas mais profundo: passar o conhecimento, bom julgamento e sabedoria. A educação tem nos seus objetivos fundamentais a passagem da cultura de geração para geração.

Aprender como se aprende também é tarefa do professor. O professor que ensina precisa aprender como as pessoas aprendem, para que possa decidir o que



ensinar e como ensinar. Mas, antes de tomar essas decisões, é preciso ter em mente algumas considerações sobre o ensinar e o aprender.

O ensinar vai além “da boa vontade do professor” ou “do seu grande conhecimento técnico.” E o aprender exige do aluno muito mais do que “a vontade de...” ou “a necessidade de.” Tanto quem ensina quanto quem aprende tem responsabilidades no processo ensino-aprendizagem.

Ao professor cabe a responsabilidade não só de transmitir conhecimentos, como também de facilitar o processo de aprendizagem. O velho paradigma da

Educação “eu ensinei, mas o aluno não aprendeu porque não quis” deve ser substituído com urgência em prol da aprendizagem. Experiências mostram que

“se o professor ensina, o aluno aprende” (logicamente, desde que atendidas as condições básicas para que a aprendizagem ocorra: o aluno aprender; domínio dos pré-requisitos e planejamento criterioso dos eventos que serão desenvolvidos em situação de ensino).

Quando o aluno não aprende, não devemos trabalhar com acusações improdutivas: “culpa do aluno que...”, “culpa do professor que...”. Quando os resultados previstos não são atingidos, algo não ocorreu como deveria ou da parte do aluno ou do professor ou de ambos. O importante é identificar o que deve ser planejado para que os resultados se tornem satisfatórios para todos.

“O que fazer para facilitar a aprendizagem do aluno?” Aí está um dos grandes desafios para o professor.

Uma das causas que tem levado a educação a resultados aquém do esperado é que o professor, com frequência, privilegia o conteúdo que deseja transmitir e não a aprendizagem. Esta preocupação se reflete, por exemplo, quando as primeiras questões que o aflige são: “O que é que eu vou falar para o pessoal?”, “O que é que eu vou escrever na apostila?”. A preocupação é tanta que geralmente, a apostila costuma ficar pronta antes mesmo do planejamento da aula. Estas preocupações são válidas e necessárias, mas não devem anteceder o planejamento. A preocupação



primordial do professor deve ser com os resultados que deseja obter com aquela situação de ensino. Só a partir daí, é que ele deve determinar as estratégias para proporcionar a aprendizagem e avaliar se a mesma está correndo. A escola necessita de professores que estejam preocupados em proporcionar mudanças de desempenho.

Devemos agir como propõe o processo ensino-aprendizagem: o ensinar e o aprender devem ser trabalhados em conjunto, isto é, professor e aluno trabalhando para alcançar os resultados esperados.

Aprender é uma construção que envolve toda a atividade do ser humano: biológica, psicológica, social e cultural, nos seus múltiplos aspectos.

### **Por que se aprende?**

Etimologicamente, aprender significa “apreender”, “adquirir” conhecimentos.

A Aprendizagem é uma ação dinâmica que se estabelece entre um conhecimento já apreendido de um novo conhecimento a adquirir, que ao passar através de processos conscientes e inconscientes do nosso psiquismo torna possível a criação de um esquema mental que serve de suporte a toda essa atividade.

O dinamismo do ato de aprender, reflete-se no fato de quando um sujeito aprende, adquire e produz conhecimento mais ou menos inovador.

Apesar de frequentemente se afirmar que o homem quando nasce é uma tábua rasa ou uma folha de papel em branco e que é com as experiências, que decorrerá ao longo da vida, que se adquirem conhecimentos, o certo é que à nascença este já vem dotado de capacidades de iniciativa instintivas ou reflexas. A este propósito, Piaget (1973:69) afirmara que “... uma aprendizagem jamais parte do zero.” Porém, é capacidade que o Homem possui de aprender (sempre com todos e em qualquer lugar) que lhe permite a adaptação às condições do ambiente sempre em



mudança. É esta interação mais ou menos estimulante que estabelece com os objetos e com o mundo das coisas, que lhe permitirá aprender, isto é, adquirir e produzir novos saberes, novos métodos que depois poderá transmitir aos outros.

**Por que se aprende?** é então uma questão que nos intriga e que não possui resposta, mas sim respostas, dependendo do contexto em que forem analisadas.

Por exemplo, para haver sucesso ou desempenho com qualidade é necessário que ao longo da vida a aprendizagem se imponha. Isso é assim na atualidade como o foi no tempo da evolução das espécies em que o Homem para se adaptar ao meio, levou a cabo, passo a passo, o processo de aprendizagem de modo a garantir a sua sobrevivência, e perante um habitat desconhecido, aprendeu a socorrer-se de atividades físicas e mentais, que foram progressivamente melhoradas e transmitidas de geração em geração. Ao perguntarmos: **por que se aprende?** Estamos interessados em encontrar respostas para questões mais técnicas, como sejam? Será o conceito de motivação necessário para a compreensão (e intervenção) da aprendizagem e do sucesso escolar? Por que é que há alunos que têm maior disponibilidade para o saber do que os outros? Isto é, por que é que existem desigualdades para a aprendizagem? Expressando-nos de outra forma, por que é que existem diferenças na motivação para aprendizagem e, conseqüentemente, para o sucesso escolar? E havendo alguma relação entre aprendizagem e motivação, será a motivação antecedente ao processo de aprendizagem, ou resultará como consequência desta?

Ou ainda, partilhando a opinião de Santos (1997), não será que a desmotivação para aprendizagem constitui só por si um índice mais que fundamental do insucesso escolar, não havendo que lhe atribuir um estatuto de isolamento epistemológico relativamente a esta questão?

É que, em nossa opinião, a questão da motivação para a aprendizagem abordada enquanto dimensão causal só faz sentido de entendermos a aprendizagem como realidade meramente quantitativa, no domínio do fazer ou da aquisição de



informação puramente cognitiva. Explicitando esta idéia, diríamos que algumas crianças e jovens, ou pelas suas excepcionais características cognitivas ou pela sua estrutura de personalidade (obsessiva/compulsiva) são excelentes atores em ternos de desempenho, aprendizagem e sucesso escolar. Mas muitos deles não possuem a menor motivação para essas realidades; são mesmo, alguns, diríamos, infelizes. Com essas crianças e jovens, porque aprendem, por que têm sucesso, não se coloca habitualmente a questão da motivação para a aprendizagem.

Mas de que aprendizagem estamos a falar? Da aprendizagem para o desempenho? Aprender a **SER** não é também tarefa que deva preocupar os professores, os educadores? Bastará conhecer as letras, aprender a somar e a dividir, discutir os Lusíadas, analisar o Pavlov...? Não será também necessário aprender a gostar de aprender, por muito bem que se aprenda?

Pensamos, pois, que motivação e aprendizagem são faces da mesma moeda, e que não podem, como afirma Santos (1997), ser separadas esquizoidemente. Porque se aprende é, portanto uma questão de elevado grau de complexidade e se tentarmos responder com base na noção da motivação, concluiremos que a motivação poderá ser para a aprendizagem mais um problema do que uma tentativa de resposta. Em todo o caso, teremos que falar sempre dela para podermos compreender o processo de aprendizagem, uma vez que o seu “lado negativo”, isto é, a desmotivação, é a principal causa de fraco rendimento escolar, do abandono escolar e de consequência a nível emocional dos jovens e famílias.

O Ser aluno e o Ser do aluno são no conjunto uma realidade psicossociológica que tem que ser entendida na sua globalidade, como resultado da interação com a família, escola e grupo social.

Se a desmotivação for encarada como um efeito e não uma causa, devemos então procurar as causas para além do contexto psicológico do aluno, mas na interação entre o Ser aluno e a cultura escolar.



Mais do que incentivar terapias personalizadas de ordem psico-afetiva nos alunos ditos desmotivados, devemos repensar a escola como um todo.

### **Para que se aprende?**

Aprendemos para nos podermos adaptar e responder melhor aos problemas que surgem no dia a dia. Ao aprendermos adquirimos a capacidade de controlar e interpretar a realidade e desta forma não nos limitamos apenas a refleti-la ou a reproduzi-la, como também a categorizamos e ordenamos. Uma coisa é certa, aprendemos sempre, até a morte, modificando sempre o nosso comportamento e não nos fossilizamos naquilo que julgamos estar certo. Caminhos sempre no sentido da auto-edificação enquanto pessoa, isto porque somos algo não feito, mas em construção.

Porém, é importante reter que a edificação da pessoa do aluno, não é apenas uma auto-edificação, pois neste processo intervém a ação do mestre, do professor que ao longo do tempo construirá a sua prática educativa, fazendo parte das suas representações, a noção de “ser” único.

A condição de “Ser aluno” acompanha-nos desde o nascimento ao longo de toda a vida.

Aprender é uma capacidade inata que nos permite desenvolver em todos os sentidos, de forma a nos auto-construirmos e nos adaptarmos aos diferentes obstáculos que se atravessam no nosso caminho.

O caminho para uma aprendizagem mais eficaz faz-se através do conhecimento:

- De si mesmo;

- Da sua capacidade de aprender;
- Do processo que se utilizou com sucesso no passado;
- Do interesse e conhecimento do assunto que está a querer aprender.

A pessoa do aluno não é algo de “feito”, mas algo em ação de se fazer.



A pessoa é, pois a sua própria obra, todavia como o Homem é um ser social, é impensável não atribuir um valor significativo à influência solidária da pessoa do outro, seja colega, professor ou outro profissional.

### **3.5 Tipo de sociedade que se quer construir e do papel da escola na formação do cidadão**

Não nos é difícil comumente entendermos a escola como uma organização cujo sentido se encontra na necessidade de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais. “O seu papel é difundir a sabedoria e esta é necessária para o funcionamento da sociedade. Reduz a ignorância e, por isso, permite que os indivíduos tenham uma conduta esclarecida. Assegura o ajustamento profissional, pois qualquer profissão requer uma quantidade considerável de conhecimentos” (Lobrot, 1992:81).

De acordo com determinadas categorias funcionais, compete à escola a manutenção de padrões através de um processo de generalização dos valores que constituem a componente estrutural do subsistema social primário em que se insere (Parsons, 1977, In Berian e Iturrate, 1998:181-2).

Deveremos deste modo, entender a escola e o conjunto de conhecimentos que ministra como elementos fulcrais da cultura que a legitima, fruto e construtora de um “aparelho simbólico de que toda a ação social se inspira” (Rocher, 1989:186).

A Complexidade crescente da realidade social (e as necessidades que determina) vem fazendo com que, ao longo dos tempos, a escola venha evoluindo também, tendo a sua existência tomado forte sentido a partir do momento em que, há quatro milênios, a humanidade inventou a escrita e assim a necessidade de ensiná-la, consagrando-lhe tempo, adultos preparados para fazê-lo, edifícios que acolhessem estes e os que aprendem. Lobrot (1992:9) relaciona-a ainda na sua expansão com a produção de aprendizagens imanentes, interiores ao indivíduo. Obtém, com a possibilidade do registro das idéias, uma outra força, encontrando o homem “a



possibilidade de nela encontrar refúgio” Lobrot (1992:10) e doutrina nas religiões que a utilizam, resposta ao despotismo que os vários impérios, primeiro a ocidente, depois a oriente, vão fazendo da existência humana campo de dominação, escravatura e exploração social.

Não obstante, na realidade, a escola continua a ser gerida por professores que são fundamentalmente, melhores ou piores, preparados para ensinar e que, pouco a pouco, vão integrando os saberes necessários à função social da escola.

Se a crise da escola tem sido marcada por algum imobilismo, fruto também da simplicidade e constância dos processos que tem utilizado, atualmente são a grande dinâmica e complexidade que parecem difíceis de incorporar, comprometendo a aprendizagem dos alunos.

Neste plano, a descentralização burocrática e administrativa e a emergência de novas decisões, de forma mais ou menos explícita, têm como contraponto a responsabilização dos vários atores para com a realidade social que integram, e que, cada vez mais, vai proporcionando poder construir. Lentamente, são introduzidas nos currículos experiências de aprendizagem mais efetivas.

A cultura escolar é “criada ou recriada no dia-a-dia” pelo professor, através de aplicação diversa, própria, de um currículo formal que o seu hábito profissional transforma nas verdadeiras aprendizagens: o currículo real. Interpretar os fenômenos educativos à ação que Perrenoud, considera “parte obrigatória” e da sua correção e projeção depende, em grande medida, o correto exercício da função docente. Da sua interação social resulta a construção de uma escola que, fundada no conhecimento das realidades individuais do ser-social, das circunstâncias educativas e dos meios convenientes, promova a possibilidade de transmissão de valores humanos às gerações futuras e a inclusão dos atores num mundo social gratificante.



### 3.6 CURRÍCULO

O currículo é um dos componentes da organização escolar. Segundo Veiga (Org) (1995 - pag. (26) ele implica necessariamente na interação entre sujeitos que tem um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Nesse sentido, o currículo refere-se a própria organização do conhecimento escolar tendo como pontos básicos a crença do currículo não ser neutro, portanto representante de uma cultura, e não poder ser separado do contexto social uma vez que é historicamente situado e culturalmente determinado.

O que é então currículo? Canen & Santos(2009, pag. 62) diz que esse conceito deve ser discutido a partir de concepções históricas, pois esta intimamente ligado as condições concretas sociais e culturais em que esta inserida a educação. De acordo com essas autoras o currículo surge como objeto de estudo pela primeira vez no século XIX nos Estados Unidos. Era o modelo da fábrica baseado na concepção Taylorista, onde os estudantes devem ser processados como um produto fabril. Mudanças nessa concepção começaram a ser pensadas internacionalmente a partir da Década de 60, chegando ao Brasil por volta da década de 80. Nesse contexto de mudanças políticas e sociais dessa década, surgem as teorias críticas que criticam as desigualdades, injustiças sociais e fracassos escolares. O currículo e as práticas pedagógicas nessas teorias priorizam a compreensão de qual seja o papel deles na formação humana e não o método e as técnicas.

Dessa forma o currículo passa a ser entendido (Canen & Santos,2009, pag. 63) como uma construção, uma seleção da cultura que deve esta comprometida com a emancipação das classes oprimidas, com a ligação de conteúdos a experiências vividas por essas classes, de modo a provocar uma conscientização de suas condições de vida e uma perspectiva transformadora das mesmas. No final dos anos 80 e início de 90, as teorias críticas já não davam conta da realidade educacional. A globalização traz muitas novidades a vida das pessoas e isso provoca mudanças em valores que se refletem na escola. Surgem então novas correntes, sob o guarda chuva



de pós-críticas ou pós-modernas que vão tomar corpo a partir de 2000. Entre essas correntes esta o multiculturalismo.

O currículo, na visão multicultural, deveria trabalhar em prol da formação das identidades abertas a diversidade cultura, desafiadoras de preconceitos, em uma perspectiva de educação para a cidadania, para a paz, para a ética nas relações interpessoais, para a critica as desigualdades sociais e culturais. (Canen & (Santos, 2009, pag. 64) Segundo CANEN, 2002 (apud Canen & Santos, 2009, pag. 67) o multiculturalismo e "um movimento teórico e político que busca resposta para os desafios da pluralidade cultural nos campos do saber, incluindo não só a educação, como também em outras áreas".

Levando-se em conta os desafios da contemporaneidade o multiculturalismo tem se apresentado como uma alternativa para trabalhar o currículo numa perspectiva transformadora. Para isso, todos os envolvidos no processo ensino - aprendizagem precisam esta dispostos a fazerem mudanças nas suas praticas pedagógicas. As relações democráticas precisam ser realmente vivenciadas para que o currículo possa privilegiar os interesses de todos, abrindo espaço para trabalhar com as diferenças. atendendo as reais necessidades dessa nova realidade educacional. Como já dissemos o currículo não e neutro. Portanto, nos educadores, precisamos estar atentos e conscientes da nossa ação pedagógica.

Conforme Moreira & Silva (1997, p. 28), "o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matériaprima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão". O currículo escolar tem ação direta ou indireta na formação e desenvolvimento do aluno. Assim, é fácil perceber que a ideologia, cultura e poder nele configurados são determinantes no resultado educacional que se produzirá . O conhecimento é a ferramenta para articular teoria e prática, o mundial e o local, o abstrato e seu contexto físico. A aprendizagem é o centro da atividade escolar. O conhecimento é adquirido e desenvolvido através do currículo.



Entendemos currículo como expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Portanto, todas as atividades da escola são curriculares. Não deve haver dissociação entre cultura e conhecimento.

Currículo é vida!

### **Os princípios centrais do currículo são:**

- a escola que aprende: a capacidade de aprender tem de ser trabalhada nos alunos, nos professores, na instituição;
- o currículo como espaço de cultura;
- as competências como eixo de aprendizagem (currículo referenciado em competências): compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos;
- a prioridade da competência de leitura e escrita e a centralidade na linguagem;
- a articulação das competências para aprender; - a contextualização no mundo do trabalho.

### **As competências e habilidades são desenvolvidas sob a tríade:**

- o adolescente/aluno e as características de suas ações e pensamentos;
- o professor, suas características pessoais e profissionais e a qualidade de suas mediações; - os conteúdos das disciplinas e as metodologias para seu ensino e aprendizagem. Apoia-se também nas competências para aprender – formuladas no referencial teórico do ENEM, articuladas à competência de ler e escrever:
  - dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens Matemática, artística e científica;
  - construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas;



- selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problemas;

- relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente;

- recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Para tanto, existe uma base curricular comum que possibilita serem garantidas as mesmas oportunidades a todos os alunos, independente da escola da rede estadual que o aluno frequentar.

Segue abaixo componentes e ou conteúdos curriculares da educação básica alterados por legislação específica após promulgação da LDB.

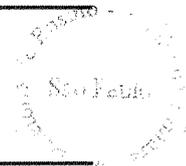
Fundamentação legal: Deliberação CEE 77/2008 e Indicação CEE 77/2008.

Obrigatório no Ensino:	Componentes Curriculares	Legislação
Fundamental	Ensino Religioso	Lei 9475 de 22/07/1997 (forma de operacionalização)
Fundamental Médio	Educação Ambiental	Lei 9795 de 27/04/1999 (forma de operacionalização – Ex. em que componente será trabalhado)
Fundamental Médio	Educação Física	Lei 10.793 de 01/12/2003 (forma de operacionalização – Ex. dentro do horário regular ou turmas especiais)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ  
**E.E. PROFESSORA MARIA IVONE MARTINS ROSA**  
ENSINO FUNDAMENTAL – CICLO II – ENSINO MÉDIO REGULAR

Fundamental	Estudos sobre os Direitos da Criança e do Adolescentes	Lei 11.525 de 25/09/2007 (forma de operacionalização – Ex. serão tratados os princípios do ECA com ênfase na área de humanas ou...)
Fundamental Médio	História/História e Cultura afro-brasileira e indígena	Lei 11.645 de 10/03/2008 (forma de operacionalização – Ex.: conhecimentos desenvolvidos no currículo escolar, nos componentes Arte, Língua Portuguesa e Literatura, História e Sociologia)
Médio	Filosofia e Sociologia	Lei 11.684 de 02/06/2008 (em todas as séries do Ensino Médio)
Fundamental Médio	Arte/Música	Lei 11.769 de 18/08/2008 (Conteúdo de Música incluído no componente de Arte ou implantação prevista para o ano letivo de 2011)
Médio	Língua Estrangeira Moderna/Espanhol	Lei 11.161 de 05/08/2005 (forma de operacionalização)
Fundamental Médio	Estudos sobre os Idosos	Lei 10.741/2003 (forma de operacionalização – Processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, inserido no componente de...)



### 3.7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS ORGANISMOS COLEGIADOS

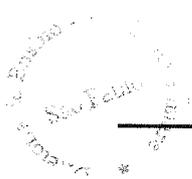
A Escola, de acordo com a Constituição Federal e Estadual, segue as normas da gestão democrática estabelecida pelas mesmas, pela Secretaria de Educação Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são a descentralização, participação e transparência.

A Gestão Democrática é formada por alguns componentes básicos:

- Constituição do Conselho escolar
- Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa;
- definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar;
- divulgação e transparência na prestação de contas;
- avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica;
- Conselho Escolar, o Conselho Escolar tem função deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora. Suas atribuições são elaborar seu regimento interno; elaborar, aprovar, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico; criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar; definir e aprovar o plano de aplicação financeiros da escola. E composto por uma representação de todos os segmentos existentes na comunidade escolar. O diretor é membro nato do conselho.
- Grêmios estudantis.

### 3.8 FILOSOFIA DA ESCOLA:

A concepção filosófica da escola é questão fundamental, porque faz a explicitação contundente de como e com quem estamos comprometidos, na educação, na sociedade e no mundo. Nesta perspectiva, temos claro a que classe social nossos alunos pertencem. Fundamentamos filosoficamente nosso trabalho na

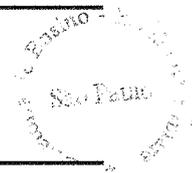


busca da superação da ignorância nos diversos níveis do conhecimento – amplamente concebido, na direção de produzir as condições necessárias para o enfrentamento das situações objetivas que a sociedade nos impõe, bem como, a superação das questões que degradam a dignidade humana, numa dimensão de totalidade.

Entendemos que a concepção filosófica deve ter por base um estudo sobre como se organiza, se estrutura e se concebe o mundo, a sociedade, o homem e a educação na concepção da sociedade capitalista e fora dela. Esta concepção tem que ser entendida como a possibilidade de se perceber o que acontece nas partes do processo, ou seja, no local como representação da totalidade. Libâneo sintetiza a sua concepção de escola dessa forma: *“A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade”*

Para SANTOS, *é importante que a escola desenvolva em seus alunos habilidades de pensamento crítico, incluindo a capacidade de analisar e solucionar problemas. Seria ainda de fundamental importância que, nessa escola, fossem formados valores sociais relacionados ao homem e à natureza, valores que orientassem os jovens no sentido do respeito à vida humana e às diferenças culturais (1997, p. 26)*. É nessa perspectiva que pensamos o papel que cabe a nossa escola, isto é, a EE Profª Maria Ivone Martins Rosa tem o desafio de preparar os jovens para um futuro pouco previsível já que ocorrem, no presente, mudanças constantes e velozes, levando a escola a refletir o seu papel, sua utilidade e sua identidade. Esse desafio temos procurado cumprir.

Entendemos também que deve ser da família a preocupação com a educação global, que precisa formar seus filhos para este novo mundo, procurando garantir para eles a escola mais adequada. Hoje, muitos criticam a lentidão das escolas em atualizar-se e competir com a velocidade da mídia na oferta de informações. Será que distribuir informações é a principal função da escola? Temos claro que aprender é construir significados e que ensinar é oportunizar essa construção.



Para nós, parece mais útil que a escola prepare o jovem para filtrar e aproveitar todo esse conhecimento existente, que o instrua para criticar, comparar, analisar, integrar e, fundamentalmente, pensar e que o faça refletir sobre os porquês e os para quês sobre valores, comportamentos, sentimentos, escolhas, atitudes...

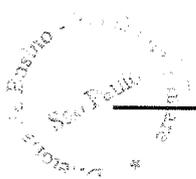
A preocupação fundamental da EE Profª Maria Ivone Martins Rosa está em investir em formação, propiciando a educação do pensamento, a formação ética, a construção da identidade cultural e a estimulação da sensibilidade. Para tanto, devemos cultivar os valores de compromisso e responsabilidade, oferecendo um ensino de qualidade, que acompanha as mudanças e prepara para os desafios do mundo atual. Só assim estaremos cuidando do presente com o olhar voltado para o futuro.

### **3.9 VALORES:**

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida social, coletiva e ambiental. A transmissão de valores é uma das preocupações que todo pai tem ao educar. Como fazer isso no dia a dia? Quais valores precisam ser passados? Que contribuição a escola pode dar?. A contribuição da escola começa pela Proposta Pedagógica voltada para um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento do educando para que ele possa intervir na realidade, contribuindo para transformá-la.

Para Libâneo (2003) a escola tem um papel fundamental para a construção de uma nova postura ético-valorativa. É um espaço privilegiado.

*“Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos. Por outro lado, diante da crise de princípios e valores, resultante da deificação do mercado e da tecnologia, do pragmatismo moral ou*



*relativismo ético, é preciso que a escola contribua para uma nova postura ética valorativa de recolocar valores humanos fundamentais como a justiça, a solidariedade, a honestidade, o reconhecimento da diversidade e da diferença, o respeito à vida e aos direitos humanos básicos, como suportes de convicções democráticas. A partir disso, a escola tem um grande papel no fortalecimento da sociedade civil, das entidades, das organizações e movimentos sociais”. (LIBÂNEO, 2003, pág. 8) .*

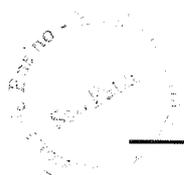
Portanto, os valores defendidos pela escola e que serão trabalhados com os alunos são: Respeito à pessoa, ao patrimônio, ao meio ambiente e as normas vigentes; Responsabilidade; Ética; Cidadania; Solidariedade; Comprometimento Social; Autonomia.

**3.10 Identificação das principais dificuldades enfrentadas, as causas prováveis e as principais ações que a escola pretende executar com base na análise efetuada.**

<b>Problemas</b>	<b>Causas prováveis</b>	<b>Principais ações</b>
· Desempenho acadêmico dos alunos.	· Desinteresse dos alunos · Infrequência dos alunos -Formação dos Professores	· Aulas nos laboratórios de informática Desenvolvimento de projetos pedagógicos · Uso da Sala de leitura · Aulas com recursos audiovisuais · Metodologias diferenciadas
· Permanência do aluno no turno noturno.	· Exaustão devido à jornada de trabalho no turno diurno · Falta de maturidade · Falta de incentivo dos pais	· Inter classe · Desenvolvimento de projetos pedagógicos · Utilização da Rádio escola · Estimulo para o acesso à



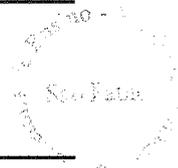
		Universidade
· Práticas efetivas dentro da sala de aula.	· Carga horária excessiva · Falta de tempo para planejamento · Não utiliza as inovações que o grupo gestor propõe	· Aulas diversificadas · Aulas nos laboratórios de informática · Aulas com utilização de recursos audiovisuais · Aulas na Sala de leitura · Projetos
· Avaliação contínua.	· Infrequência dos alunos · Não fazem as atividades propostas em sala de aula · Não fazem tarefas para casa	· Diagnostico das dificuldades · Acompanhamento individualizado aos alunos · Realização de trabalhos individuais ou em grupos, reunião com pais frequentemente para que orientem melhor seus pupilos
· Comunicação freqüente entre o corpo docente e pais.	· Ausência dos pais nas reuniões · Dificuldades para entrar em contato com os pais por telefone	· Realização de reuniões · Promoções de eventos culturais e projetos



<ul style="list-style-type: none"><li>· Envolvimento dos pais na aprendizagem.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Desinteresse dos pais</li><li>· Falta de incentivo</li><li>· Ausência familiar</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Confecção de informativos</li><li>· Montagem de painéis fotográficos dos eventos realizados na escola</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>· Desinteresse dos educandos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Aulas sem motivação</li><li>· Alunos sem perspectivas para o futuro</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Aulas mais criativas</li><li>· Aulas com recursos audiovisuais</li><li>· Desenvolvimento de projetos pedagógicos</li><li>· Visitas às Universidades e Faculdades</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>· Indisciplina de alguns alunos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Desajuste familiar</li><li>· Alunos sem limites</li><li>· Alunos intolerantes</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>· Aplicar o regimento interno</li><li>· Entrar em contato com os pais</li><li>· Trabalho de conscientização dos educandos</li></ul>

### 3.11 - IDEAL DE ESCOLA

QUE TIPO DE SOCIEDADE QUEREMOS CONSTRUIR?	<ul style="list-style-type: none"><li>· Uma sociedade de jovens com perspectiva de futuro, com sonhos, compromisso e responsabilidade</li></ul>
QUE TIPO DE PESSOA QUEREMOS FORMAR?	<ul style="list-style-type: none"><li>· Formar pessoas conhecedoras da realidade em que vivem, com capacidade de criticidade e transformação da mesma, dotadas de caráter, personalidade própria, solidárias e felizes.</li></ul>



QUAL A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA?	· Preparar o aluno para a vida.
O QUE É QUALIDADE DE ENSINO?	Temos qualidade de ensino primeiro quando o aluno aprende, depois, quando o que é aprendido pode ser usado para transformar a sua realidade.
O QUE SIGNIFICA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?	· A educação só é inclusiva quando não existe nenhum tipo de discriminação, quando se trabalha a diferença de forma igual.
QUAL O PAPEL DAS TECNOLOGIAS EDUCATIVAS EM NOSSA ESCOLA?	· Uma ferramenta pedagógica. · Induzi-los a usá-las, principalmente, para adquirir conhecimentos.
COMO CONCEBEMOS A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE NOSSOS ALUNOS?	· Fundamental · Um dos meios que propiciam ao aluno a oportunidade de se apropriarem do ato de aprender.
QUE TIPO DE RELAÇÕES INTERPESSOAIS BUSCAMOS NO COTIDIANO ESCOLAR?	· Harmônica. · De solidariedade. · De companheirismo. · De amizade. · De confiança.
QUE ALIANÇA FAREMOS?	· Professores (união) · Comunidade escolar (harmonia entre todos) · Família · Comércio e outras instituições que oportunizem o



	primeiro emprego ao aos alunos. ·Conselho tutelar.
--	---

## PLANO DE METAS DA ESCOLA

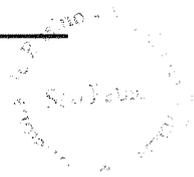
Tendo em vista os resultados da avaliação interna da escola, registramos como Objetivo Geral:

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Propiciar um ensino-aprendizagem de qualidade
2. Resgatar valores para o exercício da cidadania

### METAS (RESULTADOS):

- 1.1. atingir 80% de um ensino-aprendizagem de qualidade nos próximos 4 anos
- 1.2. redução de 10% dos índices de evasão anualmente;
- 1.3. redução de 10% da retenção escolar anualmente;
- 1.4. participação de todos os alunos nas avaliações externas (Enem, OBMEP, Prova Brasil);
- 1.5. aumentar em 50% na prova objetiva e redação, em 30% o valor médio das notas dos alunos no Enem;
- 1.6. elevar em 50% a participação em projetos sociais anualmente;
- 1.7. melhora de 50% da conservação do ambiente ;
- 1.8. formação permanente de alunos críticos, conscientes e participativos em sua comunidade;
- 1.9. resgate de valores permanentemente, que são definidos no planejamento anual, de acordo com a necessidade da escola.



## PLANOS DE AÇÃO:

Os Planos a seguir são detalhados em ações pelas equipes responsáveis, as quais apresentam anualmente na construção do Plano de Gestão:

1. Desenvolver trabalhos educacionais;
2. Desenvolver atividades extraclases;
3. Desenvolver trabalhos culturais;
4. Desenvolver trabalhos sociais;
5. Fortalecer as ATPCs;
6. Evidenciar os bons alunos;
7. Promover avaliações;
8. Dinamizar a APM;
9. Desenvolver projetos ambientais;
10. Realizar Culminância;
11. Desenvolver atividades esportivas.

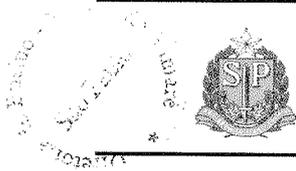
**OBJETIVO 1:** Ampliar a matrícula da escola no Ensino Médio.

**OBJETIVO 2:** Elevar o desempenho acadêmico dos alunos nas avaliações externas.

**OBJETIVO 3:** Elevar aprovação em todos os níveis trabalhados na escola.

## ACÕES:

1. Elevar o desempenho dos alunos nas disciplinas e séries críticas.
2. Promover a formação continuada em serviço com os professores.
3. Realizar o monitoramento dos indicadores de desempenho dos alunos.
4. Planejar com os professores aulas mais criativas e dinâmicas.



5. Organizar atividades que envolvam os pais e a comunidade no cotidiano escolar.
6. Trabalhar a auto-estima dos alunos e professores.
7. Realizar aulas de revisão de conteúdos e trabalhar questões de vestibulares das mais diversas universidades e ENEM;
8. Elaborar exercícios, avaliações com questões direcionadas para os vestibulares e o ENEM.
9. Projetos de recuperação/reforço escolar para consolidação das competências e habilidades em Língua Portuguesa e Matemática.

**OBJETIVO 4:** Reduzir a taxa de abandono em todos os níveis trabalhados na escola.

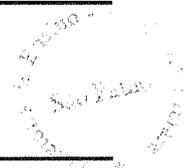
#### **AÇÕES:**

1. Monitorar semanalmente a frequência dos alunos, identificando os casos de infrequência para acompanhamento individual;
2. Convocar famílias de alunos com infrequência para justificarem e assinarem termo de compromisso;
3. Buscar parcerias com o Conselho Tutelar e a promotoria visando combater a infrequência dos alunos na escola.

### **3.12 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Um aspecto que merece ênfase na gestão do projeto político-pedagógico é a questão da avaliação, como diz Luckesi a esse respeito:

*“A avaliação poderia ser compreendida como uma crítica de percurso de ação, seja ela curta, seja prolongada. [...] Para que a avaliação seja uma crítica do percurso, é necessário que todos os envolvidos num projeto estejam com “a mesma camisa”, como se diz. Estar com a mesma camisa não significa ser “vaca de presépio”, que bate a cabeça dizendo “sim” a tudo: significa, sim, estar envolvido na construção de um projeto comum e, para isso, contribuir, analisando, observando pontos de*



*estrangulamento sugerindo, se comprometendo. [...] Enquanto o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões. [...] a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação”.* (LUCKESI, 1998, p. 116-119)

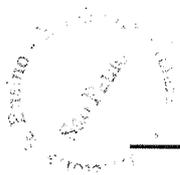
E quando se fala em avaliação institucional, devemos entender como aquela que a escola faz de si mesma, a auto-avaliação, considerando o seu todo pedagógico e administrativo e suas relações externas, ou seja, o projeto político-pedagógico, que se reveste de uma importância para a sua realização, como segue:

*A peça chave na questão da avaliação institucional é o projeto político-pedagógico da escola e suas relações com a gestão escolar. Tem como pressuposto a gestão escolar democrática e participativa e articula seus compromissos em torno à construção do projeto pedagógico da escola. Neste sentido, parte de uma concepção de educação aceita pelo coletivo e que deve unir as ações deste na escola. Inclui não só a comunidade interna da escola, mas envolve relações com a família e com a comunidade externa mais ampla. A escola não pode pensar a si mesma desconhecendo suas relações com seu entorno. (FREITAS ET al., 2004, p. 68-69, grifo dos autores)*

A avaliação institucional, tanto interna quanto externa, constitui um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar e seus princípios são o aprimoramento da qualidade do ensino. A escola é avaliada externa e internamente.

A avaliação externa é organizada pelos órgãos centrais da administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos.

A SEE/SP implantou o Programa de Qualidade da Escola. Deste programa faz parte o IDESP, que é um indicador sintético da qualidade da escola que considera dois critérios complementares: o desempenho dos alunos (medido pelo SARESP) e o fluxo escolar (taxas médias de aprovação nas séries iniciais e finais do E.F. e do E.M., coletadas pelo censo escolar). Para se chegar ao IDESP, utilizam-se os resultados do

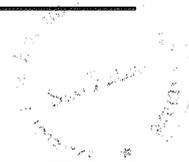


SARESP, que oferecem indicadores para os educadores da rede, nos níveis central, regional e local, para o acompanhamento das metas a serem atingidas pela rede estadual e pelas escolas, no que se refere à evolução da qualidade das aprendizagens por meio da avaliação do desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos da rede estadual. Além de participar deste programa, a escola também participa de avaliações nacionais, entre as quais a Prova Brasil e o ENEM.

A avaliação interna é processo a ser organizado pela escola e seus objetivos e procedimentos devem ser definidos pelo Conselho de Escola. Para a revisão desta Proposta Pedagógica, foram aplicados instrumentos de avaliação para todos os segmentos com o objetivo de identificar os pontos fortes e as maiores dificuldades da escola e ter clareza dos objetivos e metas prioritários. Esse procedimento deve ser retomado anualmente.

Faz parte da avaliação interna os resultados de aprendizagem do aluno que devem contemplar projeto com:

- definição explícita (currículo básico) dos pontos de partida e chegada da aprendizagem do aluno em determinada disciplina/ série/bimestre (o que é prioritário e indispensável para a preparação do futuro social e profissional do aluno);
- determinação explícita, por parte dos professores, de quais são os pré-requisitos de cada disciplina/ série/ bimestre, sem os quais não seria possível o acompanhamento cognitivo, pelo aluno, na série/bimestre subsequente;
- diagnóstico do saber do aluno, para cada disciplina de cada série, antes e ao final de cada bimestre, com a finalidade de ajustamento do currículo, controle da intervenção do professor, encaminhamento para programas de recuperação;
- sistematização da avaliação, para cada disciplina de cada série, ao final de cada bimestre, e realização das mudanças curriculares baseadas nessa



sistematização, para que haja confiabilidade de todos os envolvidos (sistema, alunos, comunidade, sociedade, professores, diretores, etc.).

### 3.13 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO

A avaliação deve ser entendida como suporte do processo decisório da gestão da educação básica, bem como da relação ensino-aprendizagem nela desenvolvida. Esta concepção de avaliação como processo decisório:

*“muda radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera frequência e às notas das provas, mas na pesquisa e elaboração própria. Está em jogo sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado a longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mais do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito à oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta”. (DEMO, 2000, p. 97).*

Já Esteban (2003) afirma que [...] a avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender.

Assim, é preciso que a avaliação seja diagnóstica, processual, mediadora e formativa, envolvendo toda a comunidade escolar.

Dessa forma, a escola adota a avaliação formativa que se fundamenta na observação e no registro do desenvolvimento dos alunos, em seus aspectos



cognitivos, afetivos e relacionais. Deve ser contínua, diagnóstica e sistemática e é o eixo do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação formativa implica em:

- conhecer cada aluno em particular;
- ter padrões claramente estabelecidos do que é necessário aprender e do seu caráter significativo e funcional;
- ter definidas as situações de aprendizagem adequadas em determinado espaço de tempo para que de fato ocorra a aprendizagem;
- ter mecanismos para verificar como cada aluno e a turma como um todo consegue interagir com o que foi proposto;
- ter mecanismos para reconduzir o processo, caso a turma ou parte dela não tenham desempenho satisfatório.

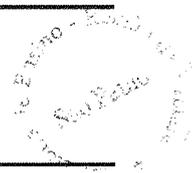
A avaliação do aluno é instrumento de aprendizagem e reorientação do planejamento das situações de ensino. Não é instrumento meramente qualitativo. Ela pode indicar o que e como o aluno aprendeu e de que maneira aperfeiçoar esses saberes por intermédio de novas situações de ensino-aprendizagem.

A avaliação pressupõe juízo de valor e uma marca da subjetividade do avaliador, que deve ser objetivada por critérios e resultados. Critérios e orientações de avaliação devem ser compartilhados entre alunos e professores.

Os resultados da avaliação são sistematizados e registrados de acordo com a legislação vigente e o Regimento Escolar.

### **3.14 SISTEMA DE RECUPERAÇÃO**

*É importante que o conceito de recuperação seja bem analisado e compreendido, mas antes é preciso repensar o conceito de educação escolar. Este consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidades de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas, de autonomia, de equilíbrio*



*peçoal, de inter-relação pessoal e de inserção social. Assim, os conteúdos escolares não podem se limitar aos conceitos e sim devem incluir procedimentos, habilidades, estratégias, valores, normas e atitudes. E tudo deve ser assimilado de tal maneira que possa ser utilizado para resolver problemas nos vários contextos (INDICAÇÃO CEE 5/98).*

A recuperação é mecanismo colocado à disposição da escola e dos professores para garantir a superação de dificuldades específicas encontradas pelos alunos durante seu percurso escolar.

Esta escola oferece aos alunos:

- recuperação contínua: inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula, constituída de intervenções pontuais e imediatas, em decorrência da avaliação diagnóstica e sistemática do desempenho do aluno;
- recuperação paralela: destinada aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar e necessitem de trabalho mais direcionado, em paralelo às aulas regulares, com duração variável em decorrência da avaliação diagnóstica;
- de ciclo: constitui-se em um ano letivo de estudos para atender aos alunos ao final de ciclos do Ensino Fundamental que demonstrem não ter condições para prosseguimento de estudos na etapa posterior.

A escola deve manter registros sistemáticos de todo o processo de recuperação e lançar ao final do semestre o resultado alcançado pelos alunos ao longo dos estudos de recuperação devendo seus resultados serem incorporados à avaliação bimestral, substituindo a nota do aluno no bimestre, quando esta for inferior àquela obtida nas atividades de recuperação.

### 3.15 NORMAS DE CONVIVÊNCIA

As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentam em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

As normas de gestão e convivência são elaboradas respeitando-se a legislação vigente e as orientações oficiais da SEE/SP. Em sua elaboração, devem contar com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo – pais, alunos, professores e funcionários – contemplando, no mínimo:

- os princípios que regem as relações profissionais e interpessoais;
- os direitos e deveres dos participantes do processo educativo;
- as formas de acesso e utilização coletiva dos diferentes ambientes escolares;
- a responsabilidade individual e coletiva na manutenção dos equipamentos, materiais, sala de aula e demais ambiente.

### 3.16 ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES E COLEGIADOS

A escola conta com os seguintes órgãos colegiados:

- **Grêmios Estudantis:** organização que representa o interesse dos estudantes na escola. Permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmios também é um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.
- **Associação de Pais e Mestres:** instituição auxiliar da escola, tem por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

Para cumprir sua missão, a Associação se propõe a:



I - colaborar com a direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II - representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola; III - mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam: a) a melhoria do ensino;

b) o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas sócioeconômica e de saúde;

c) a conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;

d) a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;

IV - colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos;

V - favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:

a) aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;

b) aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.

As atividades a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos da APM deverão estar previstas em um Plano Anual de Trabalho elaborado pela Associação.

- Conselho de Escola: colegiado articulado ao núcleo da Direção, de natureza consultiva e deliberativa, é formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar. Sua composição e atribuições estão definidas em legislação específica.

- Conselho de Classe/Série: colegiado responsável pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, constituído por todos os professores da mesma classe ou série, contando com a participação de alunos de cada classe, independente da idade



A equipe gestora busca incentivar a efetiva participação, no que cabe a cada instituição ou colegiado, na gestão da escola.

### **3.17 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA**

As novas demandas que são impostas à escola exige profissionais reflexivos que, a partir da prática e à luz das teorias educacionais e legislações vigentes, consigam atuar em situações profissionais, tantas vezes incertas e imprevistas, de forma inteligente e flexível.

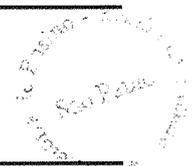
A partir do paradigma da formação do profissional reflexivo, a SEE/SP, a escola e, principalmente o próprio profissional, assumem o compromisso com sua formação continuada. Cada profissional não pode atuar isoladamente. É em seu local de trabalho que ele, com os outros, seus colegas, constrói a profissionalidade. A escola tem que ser organizada para criar condições de reflexividade individuais e coletivas.

Para cumprir essa missão, a escola conta com o apoio da SEE/SP e da Diretoria de Ensino, buscando otimizar a utilização dos ATPCs e demais espaços e tempos da escola bem como incentivando a participação dos profissionais nas orientações técnicas, cursos e eventos oferecidos pelos órgãos superiores.

### **3.18 VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS**

É objetivo primordial da escola garantir o acesso, a permanência e a progressão nos estudos bem como a regularidade da vida escolar dos alunos. Para a concretização desse objetivo, a escola zela pela:

- forma de ingresso, classificação e reclassificação;
- freqüência e compensação de ausências;
- promoção e recuperação;



- expedição de documentos de vida escolar do aluno.

### **3.19 PROJETOS INSTITUCIONAIS**

A escola participa dos projetos institucionais na medida de suas necessidades e possibilidades e nos termos da legislação vigente e programas do mec.

### **3.20 ENSINO RELIGIOSO**

O Ensino fundamenta-se em princípio de cidadania, ética, tolerância e em valores universais presentes em todas as religiões. Não será admitido qualquer tipo de proselitismo religioso, preconceito ou manifestação em desacordo com o direito individual dos alunos e de suas famílias.

### **3.21 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

A escola, nos termos da legislação vigente e com o apoio e orientação dos órgãos superiores, busca assegurar recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente, para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Este atendimento deve ocorrer, preferencialmente, nas classes comuns do ensino regular.

### **3.22 ESTÁGIO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

O estágio é um ato educativo de preparação do aluno para o mundo do trabalho e sua adaptação às novas formas de organização do trabalho.

O estágio dos alunos do Ensino Médio será organizado nos termos da legislação vigente.



Natureza do estágio – estágio sócio-cultural ou de iniciação científica, como forma de contextualização do currículo, desenvolvido sob a forma de extensão, monitoria ou projetos curriculares, integrados ao currículo, de cumprimento voluntário pelos alunos. Duração: Não poderá, pela mesma empresa concedente, exceder a dois anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de necessidades especiais. Formas de supervisão – A organização, acompanhamento e avaliação e registros do estágio são responsabilidade do Professor Coordenador do Ensino Médio da U.E. A escola poderá contar com serviços de agências de intermediação de estágio nos termos da lei.

### **3.23 AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO E ADEQUAÇÕES DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

A avaliação, monitoramento e adequações à Proposta Pedagógica será efetuada ao longo do ano letivo, por todos os segmentos da escola, em especial, suas instituições auxiliares e órgãos colegiados, de maneira sistemática e contínua, sendo as alterações necessárias efetuadas desde que atenda à legislação vigente, às orientações da SEE/SP e Diretoria de Ensino e que não haja prejuízo pedagógico ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

#### **Sistemática de Acompanhamento e Avaliação do Projeto Pedagógico**

<b>O QUE REALIZAR</b>	<b>QUANDO</b>	<b>QUEM</b>
Seminários para avaliar a eficácia e eficiência dos objetivos traçados no PPP	A cada começo de bimestre	Comunidade escolar coordenada pelo Núcleo Gestor.
Encontros para analisar os rendimentos de aprendizagem	A cada final de bimestre	Gestores e pais, PC, alunos e professores



### 3.24 AVALIAÇÃO

Quando falamos em avaliação podemos estar nos referindo a avaliação institucional externa (avaliações em larga escala) e avaliação interna. Na avaliação interna está inserida a avaliação institucional interna onde se avalia os vários aspectos da escola e a concepção e implementação do projeto político pedagógico, além da própria avaliação da aprendizagem realizada pelos professores que na verdade é o foco de todo processo.

De acordo com Veiga (Org.) (1995, pag. 32), "acompanhar e avaliar o projeto político pedagógico e avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico". Essa avaliação contudo não pode perder de vista os condicionantes sociais e políticos. Não pode também ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes menos favorecidas.

Assim, deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica.

Veiga (Org) (1995, pag. 32)

De acordo com Canen & Santos (2009, pag. 43), a avaliação não é uma questão meramente técnica, mas envolve sentimentos, auto-estima, filosofia de vida, posicionamento político, mesmo que isso não seja percebido pelos professores. Assim, a forma de corrigir os erros e acertos do aluno, tentando entender o seu raciocínio ou a utilização de instrumentos variados de avaliação demonstram posturas diferentes de conceber o processo avaliatório do ensino aprendizagem.

Segundo Luckesi (2006) a avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo.



Segundo o mesmo autor ela é um juízo de valor, o que significa uma afirmação qualitativa sobre um dado objeto, a partir de critérios preestabelecidos. Esse julgamento se faz com base nos caracteres relevantes da realidade, portanto apesar de qualitativo, não será inteiramente subjetivo. O juízo emerge dos indicadores da realidade que delimitam a qualidade efetivamente esperada do objeto.

Por fim a avaliação conduz a uma tomada de decisão. Ou seja, o julgamento de valor, por sua constituição mesma desemboca num posicionamento de não indiferença, o que significa obrigatoriamente uma tomada de posição sobre o objeto avaliado, e, uma tomada de decisão quando trata-se de um processo, como é o caso da aprendizagem.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do referencial teórico da Proposta Pedagógica acabou se encerrando sob um paradoxo. Temos um sistema educacional paulista concebido sob a ótica da cultura organizacional burocrática, centralizadora, vertical e autoritária. Temos uma escola lutando para encontrar um caminho dentro de um contexto democrático, colaborativo, consensual e participativo. É fato: a contradição existe. Tanto é que conflitos e tensões entre o instituído e o instituinte estão explícitos na fundamentação do Projeto Pedagógico.

Conforme já foi exposto, vivemos sob uma forte contradição de paradigma entre o do sistema e o escolhido pela escola, cada um com seu projeto, de difícil superação, já que o sistema impõe grandes limitações de autonomia e decisão. Pela própria imposição do sistema, através de suas proposições, a escola acaba sendo obrigada a se ajustar. É neste contexto que ela busca sua autonomia e deve encontrar seu caminho procurando cumprir sua função social. Segundo a comunidade escolar, cabe à escola definir seus interesses e anseios na sociedade.

Entendemos que a escola não deve ser um instrumento de adequação das pessoas ao mundo existente, de adequação do indivíduo, da criança, dos nossos alunos na sociedade que temos como se fosse uma sociedade perfeita.

A Proposta Pedagógica serve para dizer qual tipo de escola queremos. A nossa opção não é uma escola de adequação ao mundo existente, à sociedade existente, mas uma escola que contribua para a superação desta realidade de mundo, da realidade brasileira em que nós estamos. Uma escola que vá além da ideia de formar um profissional integrado ao mercado de trabalho, de adequação à sociedade existente, mas ter a grande preocupação com a formação do educando para exercer sua cidadania.

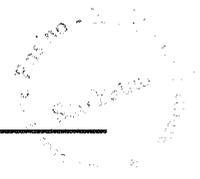
Não é possível negar que o instituído – caracterizado pela história da escola, sua organização, estrutura, funcionamento, currículos, métodos, pessoas e relações com o sistema educacional – , que, em grande parte, foi definido pela intervenção do sistema, com “aceitação” pela comunidade escolar, mas teve também participação



significativa, em suas nuances, através do trabalho competente realizado por essa mesma comunidade escolar.

A escola não pode parar frente a esses obstáculos. Temos que “pensar e transgredir”. A Proposta Pedagógica possibilita enxergar com mais clareza o caminho que se pretende trilhar para que a escola avance na construção de um novo instituinte e que promova inovações que a favoreçam a desenvolver maior autonomia na tomada de decisões, implicando em compromisso e responsabilidade de todos que nela atuam e, principalmente que seus dirigentes atuem como líderes de um processo democrático, participativo, consensual e colaborativo.

Tal Proposta deve ser, portanto, um documento vivo, que reflita os anseios da comunidade escolar, sem que se transforme em uma ação meramente burocrática. Mesmo porque a escola nasceu de uma história de luta, conforme foi relatado em seu histórico e preservou esta característica para melhorar sempre. Apesar de toda limitação, até hoje, foi possível avançar, visando em primeiro lugar à preocupação com a formação do educando para exercer sua cidadania, oferecendo uma aprendizagem mais significativa de seus alunos, por meio de um ensino competente. Essa construção deve continuar permanentemente.



## BIBLIOGRAFIA

GOE – Índice legal por assunto – Guia de Orientação aos Especialistas – UDEMO – São Paulo; 2ª Ed., 2009.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE 67/98 – Normas Regimentais Básicas para as escolas estaduais

SÃO PAULO (Estado). Progestão – Mód. IX - Como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?, módulo III/ Brasília: CONSED. São Paulo, 2004. SÃO PAULO (Estado). Progestão – Mód. IX – Caderno de Estudo: Como desenvolver a avaliação institucional na escola?

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa/ Coord. Maria Inês Fini – São Paulo: SEE, 2008

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do professor: gestão do currículo na escola. São Paulo: SEE, 2008 – volumes 1, 2 e 3

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do gestor: gestão do currículo na escola. São Paulo: SEE, 2009 – volumes 1 e 2

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação / Coordenadoria Estadual de Normas Pedagógicas. A construção da proposta pedagógica da escola. A escola de cara nova. Planejamento 2000. São Paulo: SE/CENP, 2000. p.10-17.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Resolução SE 76, de 07 de novembro de 2008. São Paulo: SE, 2008



SÃO PAULO, Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ors/PoliticaSEE.pdf>.

BOBBIO, Norberto. O Futuro da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasil:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro 1988. 25ª ed. São Paulo. Saraiva, 2000.

CASTRO, Maria Helena Guimarães, “Entrevista a Fábio Takahashi”, Folha de S Paulo, Segunda-feira, 25 de fevereiro de 2008, caderno Brasil

DIVERSIDADE. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diversidade..>

GADOTTI, Moacir. Autonomia da Escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez Editora, 1997

GIRALDELLI JR, Paulo. Texto: “O que é Ideologia – um verbete”, disponível em <http://ghiraldelli.wordpress.com/tag/ideologia/> - acessado em 22/07/09.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, Adeus professora? – Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 LUFT, Lya. Pensar é transgredir. Record, Rio de Janeiro, 2004.



MARTINS, Angela Maria. Autonomia da escola: a (ex)tensão do tema nas políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2002.

NASSIF, Ricardo. Pedagogia de nosso tempo. Tradução de Diva Vasconcelos da Rocha. Petrópolis: Vozes, 1978. 6ª. Ed.

RUSSO, Miguel; CARVALHO, Celso – A Política Educacional do Governo Serra.

Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&source=hp&q=A+POL>

#### **Notas:**

1- MOREIRA, A. F. & SILVA T. T. – Orgs. Currículo, Cultura e Sociedade, S. Paulo: Cortez Editora, 1999.

2- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

3- FREITAS, L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M.

F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004. 4- DEMO, Pedro. Educar pela Pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 5- ESTEBAN, Maria Tereza. (org.) Ser professora: avaliar e ser avaliada. In: Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-37.

